

A CONCEPÇÃO DE FAMÍLIA COMO UNIDADE COMPLEXA

THE FAMILY CONCEPTION AS COMPLEX UNIT

LA CONCEPCIÓN DE FAMILIA COMO ENTIDAD COMPLEJA

*Mara Regina Santos da Silva**

*Valéria Lerch Lunardi***

* Enfermeira. Docente do Departamento de Enfermagem da Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Doutora em Enfermagem. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa de Família, Enfermagem e Saúde – GEPEFES (CNPq).

** Enfermeira. Docente do Departamento de Enfermagem da Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Doutora em Enfermagem. Líder do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Saúde – NEPES (CNPq).

RESUMO. A família, de modo crescente, tem se tornado objeto de atenção dos profissionais de saúde. O reconhecimento de sua natureza complexa é pré-condição para que possamos compreender seus problemas, suas contradições muitas vezes insuperáveis e, fundamentalmente, para ajudá-las no processo de produzir saúde mesmo quando vivem em contextos adversos. Este ensaio tem por objetivo discutir a concepção de família utilizando como referência o conceito de complexidade de Edgar Morin, focalizando os três princípios citados pelo autor: dialógico, recursivo e hologramático e, ainda, a noção de sistema e de auto-organização. Destaca-se a interdependência da família com o macro-contexto onde se insere e associa-se a diversidade de configurações que esta instituição tem assumido, principalmente nos últimos tempos, como uma possível manifestação de sua capacidade para se auto-organizar a partir das adversidades que vivencia e não como um sinal de que possa estar em processo de extinção. Ressaltam-se, também, as implicações que esta concepção de família como unidade complexa aporta para a prática dos profissionais da saúde, principalmente à necessidade do trabalho interdisciplinar em saúde.

PALAVRAS-CHAVE: família; complexidade; enfermagem.

ABSTRACT. The family has become a object of professional's health. The admission of its complex mature is a pre-condition to us comprehend your problems, contradictions almost insuperable and, fundamentally, to help them in the Health Process even when they present different context. The object is to discuss the family conception using as reference the concept of complexity by Edgar Morin, highlighting the 3 principles quoted by the author: dialogic, recursive and hologramatic still the self-organization and system notion. It shows up to independence of family as a macro-context where is filled in and associate to the diversity of configurations that this institution has seen assumed recently, as a possible manifestation of its capacity to self-organize in front of diversity and as a sign that it could be in a extinction process, and the implications for professionals health practice, principle to he necessity of interdisciplinary work in health.

KEYWORDS: family; complexity; nursing.

RESUMEN. La familia, de forma creciente, ha sido entidad de atención de los profesionales de salud. El reconocimiento de su naturaleza compleja es seme-condición para que se puedan comprender sus problemas, sus contradicciones muchas veces insuperables y fundamentalmente, para ayudarlas en el proceso de producir salud aunque vivan en medios adversos. Este ensayo tiene la finalidad de discutir la concepción de familia usando como referencia el concepto de complejidad de Edgar Morin, enfocando los tres principios citados por el autor: dialogico, recursivo y hologramatico, la noción de sistema y de auto organización. Destacase la interdependencia de la familia con el macro contexto donde se encuentra y se asocia a las múltiples configuraciones que esta entidad ha asumido últimamente, como una posible manifestación de su capacidad para auto-organizarse, partiendo de las adversidades que viven y no como una señalización que muestra, que pueda estar en extinción. Subrayase las implicaciones que a concepción de familia como entidad compleja aporta para la practica de los profesionales de salud, principalmente para la necesidad del trabajo interdisciplinario en salud.

PALABRAS-CLAVE: familia; complejidad; enfermería.

Recebido em: 29/09/2005

Aceito em: 21/11/2005

Maria Regina Santos da Silva
Rua General S/N - Centro
96200-050 - Rio Grande - RS
E-mail: mara@vetorial.net

UM NOVO TEMPO E UMA NOVA FAMÍLIA

Desde o século XVII, a forma dominante de compreender o mundo esteve calcada em premissas de natureza reducionistas e deterministas que, habitualmente, desconsidera os elos inseparáveis entre o sujeito observador e os fatos observados. Sob esta perspectiva, os fenômenos estudados ficam dissociados de sua totalidade e a infinita rede complexa da realidade é ignorada. Assim a ciência progrediu, isolando os fatos de seu meio e reduzindo a complexidade do real a uma simplicidade por vezes mutilante. Ao ignorar os conjuntos e a totalidade e deixar de fora a conjunção entre o uno e o diverso, esta visão contribuiu para instituir uma compartimentalização do mundo e dos seres humanos que nele subsistem. Ao mesmo tempo, desencadeou uma tendência à hiperespecialização que, sem dúvida, possibilitou grandes avanços no conhecimento científico e filosófico, mas, também, retalhou a realidade contribuindo para reduzir as possibilidades de se apreender as relações entre os fenômenos e seu contexto¹. Ao conjunto regido pelos princípios da disjunção, redução e abstração, que conforma este modo de pensar, chamado de paradigma da simplificação. Essa concepção reflete-se, ainda hoje, de forma marcante, nos costumes da sociedade, nos valores, no funcionamento das instituições e são aceitos e ensinados de modo formal e informal em todos os níveis do contexto onde vivemos, sendo assimilados e introjetados como naturais e, geralmente, não questionados¹.

Sob esta visão de mundo, a concepção de família foi se construindo, separada de seus nexos, isolada de seu contexto e tendo seus problemas reconhecidos e tratados (ou não reconhecidos e nem tratados) em uma visão mutiladora e unidimensional, a tal ponto que produziu uma abstração de modelo familiar, composta pelas figuras do pai, mãe e filhos. Ao pai, caberia o sustento das necessidades de seus membros; à mãe, o cuidado da casa e a educação dos filhos; tanto o pai como a mãe, encontrando satisfação em seu trabalho e digna recompensa econômica, o que lhes possibilitaria

oferecer estabilidade e harmonia para o crescimento das crianças, as quais no papel à ela atribuído, estudam, são alegres e despreocupadas². Entretanto, este modelo nuclear de família caracterizada pela ausência de conflitos internos e externos, só existe mesmo como produção abstrata de um ideário sonhador, pois a extensa rede de relações da vida cotidiana impossibilita que o mundo de uma família possa girar apenas em torno de si mesma, dissociada da realidade na qual concretiza sua existência.

Da mesma forma que para a ciência este paradigma da simplificação responde a algumas de suas necessidades, também para o estudo e a compreensão da família ele tem sua importância. Entretanto, as profundas mudanças sociais e econômicas, intensificadas principalmente nos últimos tempos, que repercutem sobre a família, desequilibram a estabilidade desse modelo tradicional e revelam algumas das limitações desta visão de mundo, principalmente, quando se trata de apreender a complexidade que permeia o processo de viver da família como um todo e de seus membros individualmente. Dentre essas mudanças, está seu redimensionamento em termos de número de pessoas que contribui para a emergência de configurações diferentes do modelo tradicional nuclear de família; a maior diversificação de esquemas de funcionamento doméstico decorrente, principalmente, da saída da mulher para trabalhar fora de casa; a diminuição das taxas de casamentos; o aumento do número de separações e divórcios entre os casais; e a inevitável reestruturação das relações de hierarquia e reciprocidade no seio da família².

O impacto causado pela globalização da economia e os conseqüentes ajustes econômicos dessa situação têm levado as famílias a uma profunda alteração em sua estrutura, assim como em seu sistema de relações, seus papéis e as formas de reprodução social. Ao mesmo tempo, problemas graves como as desigualdades sociais cada vez mais acentuadas, o desemprego e o subemprego dos chefes de família, decorrentes desse processo de globalização, também têm produzido modificações

radicais na medida em que a mulher passa a assumir um significativo papel no mundo do trabalho; a criança e o adolescente a ingressar cada vez mais cedo no mercado de trabalho, em especial nas famílias de mais baixa renda, muitas vezes, abandonando precocemente a escola, em busca de complementação da renda familiar e o homem se vê diante da necessidade de redimensionar seu lugar nesse contexto de transformações ².

Esses fatores contribuem fortemente para a emergência de modelos alternativos de relações e determinam um novo tempo para as famílias. Em consequência, nos deparamos com uma diversidade de configurações familiares, que inclui desde os agrupamentos constituídos unicamente por mulheres e seus filhos; a agregação de outros parentes ou conterrâneos unidos, principalmente, pela questão da sobrevivência, promovendo a expansão desta instituição; as unidades domésticas, constituídas de pessoas residindo sozinhas, entre outras ³. Configurações estas orientadas, predominantemente, pela lógica da dependência recíproca e pela solidariedade e mantidas, em geral, pela troca mútua de serviços; pelo apoio e pelos problemas que compartilham de tal forma que, ao mesmo tempo em que podem perder sua privacidade, também ganham pela possibilidade de cumplicidade e solidariedade.

Enfim, estamos diante de uma nova família que não mais se organiza a partir de normas dadas, mas pelo resultado de contínuas negociações e acordos entre seus membros, sendo que sua duração no tempo passa a depender da duração dos acordos³. Uma família que ao recriar novos contextos, cada vez mais promove a convivência simultânea de diferentes gerações e a necessidade de repensar seus valores, dissolver fronteiras e compartilhar seu modo de viver, sem que por isso seus membros tenham que perder sua individualidade. Deparamo-nos, hoje, portanto, com uma família inserida num tempo onde a visão tradicional que direcionava o modo de ver o mundo, já não consegue mais apreender o caráter complexo e diferenciado das relações que se desenrolam tanto em sua intimidade,

quanto em seus nexos com o contexto mais amplo onde se inscreve.

Nesta perspectiva, para trabalhar com a saúde destas famílias é imprescindível redimensionar a forma como concebemos esta instituição considerada, em qualquer tempo, como a base da sociedade. O reconhecimento de sua natureza complexa é pré-condição para que possamos, como profissionais da saúde, compreender seus problemas, suas contradições muitas vezes insuperáveis e, fundamentalmente, para ajudá-las no processo de produzir saúde mesmo quando vivem em contextos adversos.

Sem dúvida, a forma reducionista de conceber a família que produziu o modelo ideal referido anteriormente mostra-se insuficiente para se trabalhar com a saúde da família na medida em que dá pouca visibilidade às suas interações com o contexto mais amplo, conduzindo, facilmente, a ações fragmentadas e, muitas vezes, mutiladoras. Sob esta abordagem são, geralmente, negligenciados não só os problemas que se geram justamente de suas múltiplas interações com o mundo, mas, também, sua capacidade para administrar as adversidades. Assim, nas famílias que convivem com a doença mental, a violência, o alcoolismo, por exemplo, perde-se, com muita frequência, a possibilidade de reconhecer as potencialidades que preservam mesmo na vigência dos sérios problemas que enfrentam. Ao mesmo tempo, torna-se difícil trabalhar justamente com aquilo que constitui seu cotidiano, isto é, com a desordem, a incerteza, a contradição e a instabilidade que, muitas vezes, são visualizadas apenas pela sua dimensão negativa, favorecendo para que sejam rotuladas como famílias desestruturadas.

Contrariando a forma mecanicista e reducionista de pensar, muitas dessas famílias, freqüentemente, revelam não apenas sua capacidade extraordinária para conviver, simultaneamente e de forma positiva, com a ordem e a desordem, mas, também, para se auto-organizar a partir da própria desordem que se inscreve em seu interior. Como refere Morin na analogia com a formação do redemoinho que depois

de muita turbulência começa a produzir um movimento harmônico e ordenado, gerado a partir da própria desordem em que se encontra também a família, em muitas circunstâncias, pode seguir uma lógica semelhante². É importante destacar que a família precisa ser compreendida não apenas dentro dos limites do grupo que a constitui, mas, também, em sua relação com o contexto onde se inscreve, já que esta instituição comporta nela própria o meio que a circunda e, também, os problemas que lhe são, simultaneamente, íntimos e exteriores. Por essa razão, para trabalhar com a saúde desta instituição, é importante compreendê-la de uma forma que possibilite distinguir suas diferenças, sem, contudo, separá-las; ou eliminá-las, já que pode ser considerada como um sistema sofisticado, que estabelece uma relação não apenas de dependência com o contexto, mas, também, de autonomia com capacidade de se auto-organizar, justamente a partir da desordem que vivencia, seja em momentos específicos, ou mesmo ao longo de seu ciclo vital.

Repensar a família tendo por base o conceito de complexidade é uma necessidade sentida em decorrência da insatisfação com o trabalho desenvolvido na área da saúde, principalmente, em alguns redutos terapêuticos que ainda funcionam sob a égide do modelo de assistência biomédico, o qual prossegue, ao longo dos anos, em descompasso com as necessidades das famílias e, portanto, limitado para apreender a complexidade do processo de viver da família em sua dimensão micro sem dissociá-la de sua dimensão macro. Este ensaio tem, portanto, o propósito de buscar a compreensão da família de forma integrada ao contexto macro de sua existência para distinguir sua singularidade e suas potencialidades, sem desconsiderar ou desvalorizar sua natureza imprecisa, própria dos seres humanos. Uma maneira de visualizá-la que não seja tão redutora, unidimensional e que possibilite o exame de seus nexos com as dimensões social, cultural, econômica, política e intelectual, entre outras.

OBJETIVO

Discutir a concepção de família, utilizando como referência o conceito de complexidade de Edgar Morin e, a partir daí, compreender o processo de transformação que esta instituição protagoniza, no mundo atual.

O PENSAMENTO COMPLEXO

O pensamento complexo é uma forma de compreender o mundo, com capacidade de integrar, no real, os elos que sustentam a co-existência entre os seres no universo, possibilitando o reconhecimento da ordem e da desordem; do uno e do diverso; da estabilidade e da mudança; da ambigüidade e do acaso. Enfim, comporta as ações, as interações e as determinações que constituem o mundo fenomenal e principalmente, a noção de incompletude e incerteza¹.

O pensamento complexo não é o que evita o desafio, mas o que ajuda a revelá-lo e por vezes, a ultrapassá-lo. É um tipo de pensamento que não nega a ordem, a clareza ou o determinismo, apenas os considera parte de um todo. Enquanto o pensamento simplificador pode desintegrar a complexidade do real, o pensamento complexo integra o mais possível, os modos simplificadores de pensar, recusando as consequências mutiladoras, redutoras, unidimensionais e ilusórias de uma realidade que muitas vezes corresponde apenas ao reflexo do real¹. Em síntese, a complexidade se mostra justamente onde o pensamento simplificador falha, isto é, em sua insuficiência para apreender as múltiplas interações dos fenômenos no mundo.

Três princípios regem o pensamento complexo. O primeiro, referido como princípio dialógico, permite associar dois termos, ao mesmo tempo, antagônicos e complementares como a ordem e a desordem; admitindo que a desordem não só existe como de fato desempenha um papel produtor no universo. Este princípio se contrapõe à idéia de que a organização de um sistema depende simplesmente da ordem que reina em seu interior¹.

O segundo é o princípio recursivo ou da recursão organizacional. É apresentado como um processo em que os produtos são, ao mesmo tempo, causas e produtores daquilo que os produziu. Como exemplo, podemos tomar a própria reprodução humana, pois, na medida em que somos produzidos, tornamo-nos produtores no processo. Este princípio rompe com a idéia linear entre causa e efeito.

O terceiro princípio, denominado hologramático, considera que o menor ponto contém a quase-totalidade da informação do objeto representado. Cada indivíduo é parte de um todo que é a sociedade sendo que esta intervém, desde o seu nascimento, através da linguagem, das normas, das proibições, da cultura, do saber, atestando que o todo está na parte. Isto não significa que a parte seja simplesmente um reflexo do todo, uma vez que conserva sua singularidade e sua individualidade, ao mesmo tempo, que contém o todo. Este princípio contém, portanto, a idéia de que não podemos conceber o todo sem conhecer as partes, da mesma forma que não podemos conceber as partes sem conhecer o todo.

Além destes três princípios, é importante destacar que o conceito de complexidade está atrelado à noção de sistema, termo criado na vigência do estoicismo, cuja ética consistia em que cada um encontrasse o seu lugar no grande todo⁴. Da forma como o utilizamos neste ensaio, sistema é uma associação combinatória de elementos diferentes, cujo todo é mais que a soma de suas partes, já que no todo há qualidades que não existem no nível das partes quando estão isoladas. Tais qualidades, no entanto, retroagem sobre as partes. Ao mesmo tempo, o todo é menos que a soma das partes, porque tudo que é organizado tem obrigações, e tudo que é obrigação inibe ou impede possibilidades que no todo não podem ser expressas. Resgatando o exemplo da sociedade, esta impõe aos indivíduos suas leis, seus tabus e proibições, impondo restrições e limitando sua liberdade⁵.

Assim, o conhecimento das partes somente ganha sentido se o ligarmos ao conhecimento de um

tudo que, como tal, merece ser estudado por si só⁴. O mesmo acontece com a família, pois a compreensão de seus membros (ou de suas partes), de suas vivências, necessidades, dificuldades, dentre outros, somente ganha sentido se forem considerados na perspectiva do grupo que como tal também precisa ser compreendido em sua integralidade.

Duas representações de sistemas são importantes para a concepção de família: os sistemas abertos e os sistemas fechados. Os sistemas abertos possibilitam um intercâmbio de matéria e energia com o meio ambiente, de tal forma que estabelece suas trocas com este meio numa relação em que obtém os elementos necessários para garantir sua própria subsistência. Os sistemas fechados não estabelecem uma interação com o meio ambiente e, conseqüentemente, não perdem seus elementos para este meio, pois é dotado de uma lógica interna pela qual se auto-regula⁶. Conforme os propósitos deste ensaio, a idéia de sistema aberto é a que mais se aproxima da concepção de família, mesmo que ao longo de seu desenvolvimento essa, muitas vezes, possa ser considerada, também, um sistema fechado. Como grupo ou individualmente, a família se relaciona com o meio externo, dele assimilando os elementos para sua estruturação, ao mesmo tempo, que nele interfere, modificando-o.

Duas questões podem ser reforçadas a partir desta aproximação dos conceitos de família e sistema aberto. A primeira, é que a organização da família não está sustentada apenas no equilíbrio de suas partes, mas, também, nos desequilíbrios que experimenta ao longo de seu ciclo vital, em conseqüência das interações que protagoniza. Assim, é possível entender que, apesar de todas as adversidades que invadem o cotidiano de uma família, tais como a doença mental, o desemprego, a dissolução de vínculos, muitas delas conseguem desenvolver uma capacidade extraordinária que as habilita a conviver com essas situações e nem por isso desintegram-se. A segunda, é que a compreensão do sistema familiar deve ser buscada, não apenas na própria família, mas, também, em

suas relações com o meio, e que estas relações não são de simples dependência; mas, sim, constitutivas do próprio sistema.

Outro conceito associado ao pensamento complexo e relevante para a compreensão da família que nos dias de hoje enfrenta um emaranhado de interações de âmbito global, é o de auto-organização. Este conceito comporta a idéia de uma ação que, ao mesmo tempo, possibilita manter e se manter, ligar e se ligar, produzir e se produzir ⁵. É, pois, um processo através do qual o sistema se autotransforma e se auto-reproduz.

A auto-organização pode ser considerada como um tipo de determinismo (não mecanicista) que se caracteriza por auto-referencialidade e auto-semelhança e por um sistema, ao qual subjazem qualidades ⁶. Reflete a própria relação deste sistema com seu meio ambiente, uma vez que suas partes não podem ser alteradas sem conseqüências para o todo. Um sistema auto-organizado distingue-se pelo fato de mudanças num parâmetro alterarem simultaneamente todo o sistema e a si mesmos, o que o transforma em um sistema dinâmico, justamente porque representa uma transição de um conjunto de parâmetros para outro, que ocorre num tempo e num espaço. Significa, ainda, a maneira como os elementos desse sistema atuam reciprocamente uns com os outros estando vinculada com a própria evolução desse sistema ⁶.

Algo semelhante acontece com a família que interage continuamente com seu meio, experimentando momentos de equilíbrio e de instabilidade, influenciando e sendo influenciada pelo sistema que se desorganiza e, após, promove uma nova reorganização. Assim, as mudanças que se processam no macro contexto podem promover novos arranjos familiares, em busca de um novo equilíbrio dinâmico, de tal forma que um novo sistema resulta da evolução ou reorganização de suas partes. Ou seja, uma nova família se recria a partir da evolução e/ou reorganização de suas partes.

O conceito de auto-organização comporta, ainda, as noções de autonomia, individualidade, incerteza e ambigüidade que também estão atrelados à concepção

de família. São características que sustentam a capacidade de auto-organização dos sistemas, a partir de sua própria desorganização interna e ajudam a compreender aquelas famílias que mesmo vivendo os desafios diários representados pela pobreza, os desajustes, a dependência a drogas, a violência e tantas outras, ainda são capazes de se reconstruir apesar de todas as dificuldades que enfrentam mesmo que, em muitos casos, pareçam mutiladoras para sua sobrevivência.

As interações contínuas entre uma família e seu contexto produzem uma intrincada rede de relações cuja compreensão só pode acontecer a partir de uma abordagem não reducionista. Ao mesmo tempo, mostram que ao ignorar suas potencialidade e capacidades para se auto-organizar, os profissionais podem instituir a prática de cuidar de famílias e não das famílias que de fato existem.

A FAMÍLIA COMO SISTEMA COMPLEXO

A partir destas reflexões, pode-se compreender a família como um sistema complexo. De acordo com o princípio dialógico, a família comporta relações antagônicas, contraditórias e complementares com seu meio externo e interno, não devendo, portanto, ser concebida independente do ambiente, o qual participa de sua definição interna, ao mesmo tempo, que permanece exterior a ela. Tomando como exemplo as relações entre esposos, pais e filhos, podemos visualizar esse primeiro princípio nas relações de igualdade e desigualdade entre o homem e a mulher; poder e autoridade entre pais e filhos, as quais são intrínsecas à própria função de socialização de seus membros, como instituintes das regras. Estas relações são marcadas pelo caráter complementar de suas diferenças. Contrariamente à idéia de um modelo tradicional de família onde prevalece a ordem, a harmonia e a ausência de conflitos, a família de hoje dirige seu próprio processo de reestruturação em face dos macros problemas sociais, dos conflitos e da desordem que se instala em seu interior, sobrevivendo a eles, mesmo que

precise modificar sua configuração, mas, preservando-se, ainda, como o lugar do afeto, do apoio e do conflito para seus membros.

A desordem, referida no conceito de complexidade, pode englobar, no âmbito da família, os riscos, a agitação, a perturbação, os acasos, a desorganização, os acontecimentos não previsíveis que, muitas vezes, ameaçam sua organização, em decorrência da brutalidade do desemprego, da desigualdade social e das doenças inesperadas, para os quais nem sempre encontram solução satisfatória. Enfim, a desordem pode estar associada às turbulências geradas tanto em seu meio interno quanto externo, as quais, de alguma maneira, desestabilizam a ordem reinante no sistema familiar e, simultaneamente, processam uma nova ordem.

Já o segundo princípio, o recursivo, no qual os produtos são ao mesmo tempo, causas e produtores daquilo que os produziu, revela-se, por analogia, na medida em que concebemos a família como os espaços que abrigam o complexo processo através do qual os seres produzem a si próprios e aos outros e transformam-se ao longo do tempo, numa seqüência ininterrupta de trocas e de vivências que lhes confere uma dinâmica organizacional mutável e instável e no qual a família, como qualquer organismo vivo, se reproduz através da descendência e, gradativamente, evolui para a extinção, ao longo de seu ciclo vital, mostrando que renasce a partir do ponto em que se extingue, sendo, portanto, mutável e provisória.

De um modo geral, é na família que o sujeito se constrói, através do processo de socialização, da educação que recebe, da cultura que lhe é transmitida e da linguagem que incorpora. Também é através dela que os sujeitos estabelecem nexos indissolúveis com o macro contexto, sendo, por essa razão, um dos organizadores da sociedade na medida em que define estilos de vida e compõe o ambiente em que seus membros vão viver. Por outro lado, também representa o espaço onde inicia e se desenrola o processo de construção tanto das identidades pessoais, quanto da diferenciação entre seus membros, os quais decorrem do desempenho de

diferentes papéis tanto no âmbito interno quanto externo, seja como filho, irmão, neto, cidadão, amigo, entre tantos outros. É na sua própria família que o sujeito aprende a construir outra família e reconstruir continuamente a sociedade⁷.

O princípio hologramático, no qual as partes conservam o todo e este todo passa a ser mais que a soma das partes, pode ser visualizado na família se considerarmos, por exemplo, que cada um de seus membros carrega consigo os valores, os símbolos, as crenças, as normas, os vínculos, as noções de limite, de respeito, os quais são mantidos na família e são repassados através das gerações. Por essa razão, ela pode ser compreendida, também, como o conteúdo afetivo e cultural que o sujeito carrega consigo por todos os lugares por onde anda, mesmo os mais distantes. Por outro lado, a família não se resume apenas à soma de seus membros, pois, vai além e constrói relações de apego e de cuidado, as quais se expressam apenas quando se ultrapassa a dimensão individual de seus membros.

Em síntese, cada família estabelece suas próprias finalidades, constituindo-se, assim, numa unidade singular que produz singularidades, já que seus membros são diferentes entre si mas juntos, são diferentes das demais famílias. Ao longo de seu ciclo vital, detém a autonomia para se reproduzir e se auto-organizar, ao mesmo tempo, que é também dependente do meio de onde se realimenta. É, pois, uma mistura de liberdade, dependência e autonomia, e da mesma forma que tende para a estabilidade, desenvolve potencial para mudança.

Sem dúvida, o conceito de complexidade possibilita compreender com outro olhar alguns dos problemas que atingem as famílias, redimensionando-os e redirecionando-os em busca de estratégias para enfrentá-los. Nesta perspectiva, a desorganização familiar, referenciada freqüentemente como fonte de violência, de abandono de crianças, da marginalidade, poderia ser vista, também, como uma situação que, adequadamente manejada, poderia ser geradora de uma nova organização.

Sob a ótica da complexidade, mais facilmente poderíamos apreender a multidimensionalidade do

viver das famílias e as interações positivas que protagoniza mesmo em meio às adversidades que enfrenta; ao mesmo tempo, trabalhar com a unidade familiar sem desconsiderar a individualidade de seus membros, principalmente nos últimos tempos, trabalhar com sua diversidade, sua pluralidade e seus antagonismos sem, contudo, perder de vista sua unicidade.

É a partir deste ponto que se pode visualizar com mais clareza a capacidade da família de unir em conjunto, aquilo que logicamente parece excluir-se, ou seja: a saúde e a doença; o conflito e a harmonia; o apoio e o rechaço; a paz e a violência; o amor e o desamor; a ordem e a desordem. É justamente a convivência simultânea, antagônica e complementar entre esses elementos que mostra que a complexidade pode estar justamente onde não se consegue vencer as contradições, isto é, no cotidiano destas famílias.

UM NOVO MODO DE TRABALHAR COM A NOVA FAMÍLIA

A família revela sua complexidade a partir do emaranhado de interações que experiencia, bem como pelo fato de ser um sistema vivo que comporta fenômenos aleatórios; agrega incertezas e, também, porque não está isolada no universo. A utilização do conceito de complexidade de Morin como referência para compreender as famílias com as quais trabalhamos na área da saúde, possibilita destacar a dimensão de positividade que se revela mesmo quando esta enfrenta situações de crise geradoras de desordem em seu interior. Revela, também, a necessidade imperiosa de que os profissionais da saúde possam interagir sem preconceitos com a incerteza, o vago e, principalmente, com a desordem decorrente da condição de risco em que vive, hoje, um grande número de famílias, vítimas, por exemplo, do desemprego que já não se constitui apenas em um fator de uma marginalização provisória e ocasional a atingir apenas alguns setores da economia.

Dissociar a família do contexto de globalização em que vive é ignorar a brutalidade e a violência que

floresce nesse meio, a qual pode levar muitos desempregados (principalmente os jovens e seus pais) a buscar alternativas de sobrevivência em atividades, muitas vezes, condenadas socialmente, como o comércio e o uso indiscriminado de drogas, com suas conseqüências danosas, em termos de violência e degradação humana.

Sob a ótica da complexidade, é imperativo repensar, também, alguns conceitos fundamentais relacionados com o processo de viver das famílias, tais como os de saúde e de doença, já que estes estão inevitavelmente, associados ao emaranhado de relações por elas protagonizadas em seu contexto; principalmente a partir daquelas famílias que, mesmo vivendo em situações potencialmente de risco que poderiam comprometer seu desenvolvimento como grupo, expostas à condição de exclusão social e destituídas de seus direitos essenciais e, mesmo assim, são capazes de administrar os desafios cotidianos e instituir-se como o lugar do afeto, do cuidado e dar suporte para seus membros.

Assim como na física, também é a própria desordem que contribui para a reorganização da família, porém, diferentemente das máquinas que se reorganizam a partir de um mecanismo externo a elas, a família como um organismo vivo, detentor de certa autonomia, parece reorganizar-se a partir de um princípio internamente acionado. Nesse sentido, é importante buscar a compreensão da instituição família, justamente na complexidade de seu cotidiano, no qual se revelam as identidades, as diversidades e as relações, através das quais a família se transforma ao longo do tempo, assumindo novas configurações que, muitas vezes, pode ser erroneamente confundida com sua extinção.

Para trabalhar com essa nova família, é imprescindível utilizar uma perspectiva que contemple sua inserção no mundo, integrando, numa relação de complementariedade, seus antagonismos, suas contradições e, fundamentalmente, admitindo a possibilidade de que é a partir do caos em que muitas delas vivem que pode emergir a sua capacidade para produzir saúde.

Nesta perspectiva, a interdisciplinaridade representa uma possibilidade de se contrapor à compartimentalização, ao reducionismo, à dissociação entre o fenômeno e o contexto que orientam a visão tradicional de compreender o mundo e, por conseguinte, a saúde das famílias. A interdisciplinaridade, como um novo princípio organizador do conhecimento, emerge a partir do esgotamento de um padrão de racionalidade construído sob o paradigma das ciências naturais o qual conduziu a um modelo de ciência desvinculado de um conteúdo ético e político⁸.

Para a compreensão da família é preciso, portanto, (re)criar categorias e conceitos que possam dissolver as fronteiras em que a ciência dividiu e compartimentalizou a realidade. Trabalhar de forma interdisciplinar não significa trabalhar em parceria ou em equipe, ou reduzir as diferentes áreas a um denominador comum, anulando as especificidades de cada uma, mas ter um método comum de atuação, o qual pode determinar de antemão as ações de cada um, levando em conta sua adequação e pertinência ao conjunto⁹.

Interdisciplinaridade no trabalho com famílias pressupõe a capacidade de agir na dialética do velho e do novo, ou seja, ir e vir da forma fragmentada de produção da vida e da saúde humana para a forma complexa que engloba todas as dimensões do viver de uma família e, especificamente, no ir e vir entre a unicidade/individual que não pode ser negado ao coletivo que institui a família como tal. Além disso, pressupõe construção de novas relações sociais que rompam com o individualismo, a exclusão e a alienação¹⁰.

A interdisciplinaridade impõe, necessariamente, o estabelecimento de vínculos de integração no processo de trabalho, ainda que no plano teórico

não haja uma articulação efetiva. Assim, “interdisciplinaridade é mais do que a simples comunicação, podendo ser vislumbrada quando a comunicação ou diálogo sobre e entre saberes e práticas gerar uma integração mútua, constituindo novos saberes e novas práticas que busquem a resolução de um problema concreto”^{8:12}.

REFERÊNCIAS

- 1 Morin E. Introdução ao pensamento complexo. 2. ed. Lisboa: Instituto Piaget; 1995.
- 2 Carvalho MCB., organizador. A família contemporânea em debate. 2. ed. São Paulo: EDUC; 1997.
- 3 Goldani AM. As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, 1994; 91:7-22.
- 4 Ausloos G. A competência das famílias – tempo, caos, processo. Lisboa: Climepsi; 1996.
- 5 Morin E. Por uma reforma do pensamento. In: Pena-Veiga A, Nascimento EP, organizadores. O pensar complexo - Edgar Morin e a crise da modernidade. Rio de Janeiro: Garamond; 1999.
- 6 Flickinger H, Neuser W. A teoria de auto-organização: as raízes da interpretação construtivista do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS; 1994.
- 7 Macedo RM. A família do ponto de vista psicológico: lugar seguro para crescer? Cadernos de Pesquisa 1994; 91. p. 62-8.
- 8 Nogueira VMR. A importância da equipe interdisciplinar no tratamento de qualidade na área da saúde. Trabalho de disciplina do doutorado. Florianópolis: PEN. Mimeo. p.12; 2001.
- 9 Etges NJ. Ciência, interdisciplinaridade e educação. In: Jantsch A P, Bianchetti L, organizadores. Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito. 3. ed. Petrópolis-RJ: Vozes; 1999. p. 51-84.
- 10 Frigotto G. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. In: Janntsich A.P, Bianchetti L, organizadores. Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito. 3. ed. Petrópolis: Vozes; 1995. p. 25-50.